

CAPÍTULO I

O Deus como é, e não como deve ser.

A coisa formada necessita de quem a formou, mas as religiões foram feitas para quem precisa delas. O mistério de voltarmos ao pó nos leva à reflexão. Porém, é de Deus ou da religião que o homem precisa?

Rousseau, na sua obra “Du Contrat Social” (na apologia dos seus sonhos republicano-democráticos de inspiração espartana), considera a religião, com relação à sociedade, como geral ou particular. Ainda, dividindo-a em duas espécies: a religião do homem e a do cidadão. A do homem isenta de liturgias, templos ou altares, mas restrita e voltada à adoração interior do ser supremo, aos deveres eternos da moral; sendo a religião pura e simples, o teísmo verdadeiro, o que pode ser chamado de direito divino natural. A inconsistente religião do cidadão, codificada num determinado país, fornece-lhe seus deuses, seus padroeiros; seus dogmas, seus ritos e seu culto externo, preceituado pela lei. Na visão dessa religião, excluindo a sua nação, tudo é infiel, estranho e bárbaro. Não estende, além dos seus altares, os direitos e deveres do homem. Assim, foram todas as religiões dos primeiros povos, que podem ser definidas como direito divino positivo ou civil.

A primeira religião é a que nos interessa e deveria ser a finalidade primacial de toda a humanidade.

Num processo do composto ao simples, sem ornatos, alusivo ao estoicismo de Epictetus¹, ajuizemos: se Deus, ao criar as cores na natureza, não nos tivesse concedido a capacidade de discerni-las, de que nos serviria? Por outro lado, se Ele nos desse a faculdade da visão, mas não permitisse que os objetos se ajustassem a essa faculdade, para que nos serviria da mesma forma? Bem, suponhamos que Ele nos tivesse concedido ambas as faculdades, mas não houvesse criado a luz? Nesse caso, as faculdades estariam anuladas.

Quem, então, cria as possibilidades? Quem faz as circunstâncias? Quem ajusta isto àquilo e aquilo a isto? Ninguém? Impossível, pois atrás de uma obra perfeita há o artífice, o propósito da execução e o *egkomiön*².

D’Alembert confessou a Diderot sua aceitação da existência de um ser que não se fixa em nenhum ponto do universo, que ocupa toda a dimensão, sendo inextenso, completo em cada fração dessa dimensão,

¹ Cidadão grego, mas foi escravo em Roma. Quando obteve a liberdade, tornou-se professor de filosofia e passou a ensinar a prudência como princípio maior.

² Encômio; louvor; reconhecimento.

difere na essência da matéria, ao segui-la e movê-la sem mover-se, atua sobre ela e sofre toda a diversidade de coisas que costumam se suceder.

Os seres humanos, vergados ante a própria ansiedade, estarão sempre predispostos a inquirir sobre o princípio das coisas. Com toda certeza, o conhecimento causal e a antevisão intrínseca fazem com que eles se tornem aptos a organizar o seu presente, em seu próprio benefício, quer seja por mera curiosidade ou mesmo por temor do desconhecido.

Todo homem, por receio de um futuro transcendente ou por amor ao conhecimento, investiga a causa ao considerar o efeito, e, novamente, a causa da causa. Mas, vemos que não existe a origem da origem, nem dois singulares. Se não há no gênero duas causas primeiras, a anterior não é causa, é eternidade, a própria causa em si, fundadora da realidade: a *causatio causationes*¹ de si mesma.

Torna-se, portanto, impossível qualquer exame profundo das causas naturais sem nos inclinarmos a aceitar uma *causa sui*², embora sem termos idéia da sua natureza, assim, transforma-se num pressuposto absoluto.

Pode, porventura, o nada criar algo? Descartes sustenta que não, principalmente pelo fato do perfeito jamais poder se originar do que é menos perfeito. Examinemos o exemplo da pedra que não existia e não poderia passar a existir sem mais nem menos, a não ser que fosse produzida por algo que contivesse formalmente a mesma composição e elementos da pedra em questão.

Quando falamos sobre D'Alembert, em relação ao ser inextenso, aludimo-nos à substância³, que se impõe como realidade permanente. A água não deixa de ser água pelo fato de entrar em ebulição ou manter-se fria. Então, o que é realidade permanente é, também, ato puro. É aquilo o que exatamente é: o fundo do ser, a razão pela qual uma coisa é o que é em contraposição ao nada. Vale, aqui, citarmos o *Ego Sum Qui Sum*⁴.

Já que a causa é o fator básico da existência do ser, o efeito (produto da causa) determina a causalidade, que é o influxo da causa no efeito, que propõe, em ensejo próximo, a teodicéia⁵.

Na relação de causalidade, quando ocorre o primeiro fato, o segundo torna-se necessário, logo, o segundo é consequência do primeiro. Na

¹ Ação de causar algo; causa de um fato num sentido mais amplo.

² Causa de si mesma; propriedade atribuída somente a Deus, o qual encerra em si sua própria causa, o ser com explicação própria suficiente, pelo fato de só o segundo ocorrer ao primeiro e a impossibilidade do primeiro ocorrer ao nada.

³ Sua propriedade essencial é a existência por si mesma, ao contrário do acidente, que se traduz como realidade mutável.

⁴ “Eu Sou Aquele Que Sou” – segundo o Gênesis – linguagem de Deus a Moisés.

⁵ Justificação de Deus; expressão criada por Leibniz na sua obra *Teodicéia*.

ocorrência do segundo, o momento do primeiro já não existe, pois é passado e o segundo é presente. Acontece que, se o primeiro é pretérito, foi presente e continua sendo a causa e, de forma incontestada, o segundo fato há de estar sempre determinado pelo primeiro.

A causa primeira existe *per se* num senso positivo. Ela *sempre continuou* a ser, é causa de si, conservada pelo poder autógeno e não há nada no efeito que não tenha existido numa ordem maior na própria causa.

É nessa instabilidade do homem, diante das coisas invisíveis, que surge a semente daquilo que cada um compreende como religião. Daquilo que muitos elegem como norte e que outros se aproveitam para adaptar, consolidar em regras. Tornam-se aptos para governar seus semelhantes ao próprio talante, e aplicam, automaticamente, o uso dos poderes sobre os incautos em grau máximo.

A religião se tornaria, também, empregada pelo Estado, o agente mais ameno para controle e manipulação dos agregados sociais. O primeiro e mais profícuo instrumento para findar a “condição de guerra permanente no estado de natureza”, o *homo hominis lupus*¹ que se referia Hobbes.

O fato mais intrigante no ser humano, porém, é a busca e aceitação da causa primeira somente pela via dogmática, por um sistema teleológico² improfícuo, que tende a conduzir à *epiphaneia*³ auto-sugestiva, ou mesmo à própria *epoché*⁴. A *causa sui*, portanto, fica perceptível apenas no plano da *psyche*⁵ pela injunção dos dogmas. Este é o Deus “como deve ser”: o assombroso espectro de um Todo-Poderoso de proveta.

Evidências da existência de Deus.

A certeza, segundo o princípio cartesiano, estaria claramente dividida entre “certeza moral” e “certeza metafísica”. Em relação à primeira, seria insensato questionar a existência das coisas sensoriais; em relação à segunda, seria leviano crer nelas com segurança. Cabe ater-nos, dentro desta visão, à busca da “certeza metafísica”.

Deus não está situado no mesmo grau de potência de causas que até hoje nos mostrou a ciência. Ele não é matéria, mas a criou; já que pelo

¹ “O homem é o lobo do homem”- termo usado primeiramente por Plauto (Maccius), poeta latino e empregado por Hobbes no *Leviathan*.

² Relativo à teleologia: conjunto de especulações aplicadas à noção de finalidade; ciência dos fins últimos.

³ Expectativa pelo estado de aparição ou manifestação de alguma divindade.

⁴ Estado de suspensão total da crença, base de todo ceticismo.

⁵ A alma; o espírito.

fato de ser-existir como “vontade livre”, não precisa ser matéria. Apenas conferiu propriedades que não são suas à matéria, como perecibilidade, divisibilidade e temporalidade, ao permanecer imperecível, indivisível e atemporal. Isso prova que Deus, a “causa sui”, é diferente das outras causas naturais, o que não significa, como a pedra, que a criatura encerre formalmente em si a mesma composição e elementos do seu Criador.

Pela finitude humana, Deus não pode ser compreendido e não é nada do que conhecemos, uma vez que é incorpóreo. O *sensus communis*¹, porém, O percebe, através da sensação que, curiosamente, envolve todas as faculdades. A decodificação da infinitude, entretanto, é impraticável, pois exige a transposição de todos os limites humanos.

A sensação supradita se define como uma operação na mente que produz uma impressão, oriunda de uma excitação gerada por um fato do mundo exterior. A percepção envolve a crença na realidade exterior e, por meio da sensação, capta os componentes que formam nossas idéias e sentimentos: *nihil est in intellectu quod non antea in sensu fuerit*²... É através desses sentimentos que o senso comum apreende a *conjunctura*³ Deus.

A teodicéia é uma ciência racional que se ocupa com a investigação da natureza de Deus, da Sua justificação e se opõe à teologia, que estuda Deus à luz da Revelação. Esse Deus, como causa primeira, só pode ser investigado pela ótica da razão a partir dos seus efeitos, dos fatos gerados por si mesmo.

A ontologia⁴, que compreende o ato de existir (do que é ou pode ser); a essência (o que torna um ser o que ele é), declara que é inútil a tentativa de demonstração da existência de Deus, porque ela é evidenciada por si mesma e, por conseguinte, isenta da necessidade de ser demonstrada. A argumentação ontológica parece-nos ter um lado questionável: Deus pode, para alguns, não ser considerado absolutamente perfeito e, por ser esta argumentação vista como um sofisma⁵ estaria passando da ordem lógica para a ordem real. É impossível conceber um ser perfeito sem concebê-lo como existência, esta é a ordem lógica. Entretanto, isto não prova que este ser perfeito exista de fato, esta é a ordem real. Assim, prosseguiremos com a tentativa de demonstrar a existência de Deus.

¹ Senso comum; noção empírica e intuitiva das coisas.

² “Nada existe na inteligência que antes não haja passado pelos sentidos”.

³ Conjuntura – conjunto de elementos que constituem uma situação presente.

⁴ Ciência da essência; ciência do ser enquanto ser; estudo do ser em sua natureza essencial, nas suas causas e relações de valores.

⁵ Raciocínio falso que tem aparência de verdadeiro. Todo erro é originado de um raciocínio ilegítimo, portanto, de um sofisma.

O agnosticismo defende o princípio de que uma proposição¹, quando não conhecida, talvez não possa ser identificada, nem como falsa nem como verdadeira e o absoluto é visto como inacessível ao espírito, pois refuta qualquer solução aos problemas metafísicos. Nem a fé, nem a razão servem para provar a existência de Deus, pois o conhecimento humano não excede a experiência sensível. Se for, portanto, inacessível ao conhecimento, não pode ser demonstrável. É outro equívoco, porque, a partir do sensorial, a inteligência do homem pode muito bem se elevar até à natureza de Deus através do raciocínio concludente e da intuição.

Já mencionamos antes o princípio cartesiano da “certeza moral” e da “certeza metafísica”. Entendemos que, na “certeza moral”, todo ser tem como finalidade individual precípua o bem moral e seu fim último que é o bem supremo. O ser humano, em decorrência de uma imposição interior, desenvolve a noção de dever, que o induz a evitar o que é mau e praticar o que é bom. É algo estruturado na nossa consciência, gerado por uma causa maior da noção de dever que é a existência de Deus, poder que vai conferir ao princípio do dever o seu caráter imperativo absoluto. Isto é o que determina a existência das leis morais.

Outra coisa que denota a certeza moral da existência de Deus, é o conceito de mérito e demérito, pois está inculcada no nosso ser a idéia de punição ou recompensa em relação à proporção de maldade ou de bondade que viermos a praticar. Isto indica não um fato intelectual, mas o sentimento de uma normatividade perfeita que só poderia promanar de uma causa primeira. A compreensão de finitude propõe uma *Causa*.

Ainda, um fato indiscutível é a experiência mística de homens que demonstraram a profunda convicção na crença em Deus, ao oferecerem provas disso, até mesmo, com o sacrifício de suas próprias vidas. A experiência mística é a mola propulsora do sentimento religioso que leva o homem a se completar na busca das verdades divinas.

Na esfera da certeza metafísica, não podemos negar que exista uma ordem do universo e toda ordenação pressupõe uma razão ordenadora. Da mesma maneira, a existência do mundo (ou dos mundos), já que não existe por si mesmo e não poderia ter surgido do nada, necessita de sua causa primeira. Ser finito é inferir por esta via única. Foi Foucault quem disse que a verdade é deste mundo e é produzida nele.

¹ Expressão verbal de um juízo; conteúdo de uma oração declarativa quer seja falso ou verdadeiro.

O mesmo acontece com o movimento, que é acidental à matéria e requer seu princípio imutável: um motor primeiro imóvel que produz o impulso para a atividade ininterrupta do universo. Por fim, a existência da própria vida, que nem sempre ocorreu sobre a terra. Os seres vivos, dependentes da geração de semelhantes a si mesmos, necessitaram, sem dúvida nenhuma, da intervenção de uma causa primeira e inteligente para estabelecer a harmonia da sua própria existência.

Na *Summa Theologica*, vamos encontrar a clássica tentativa da *Scholastica*¹ em provar a existência de Deus, fundamental à exposição da arquitetura do nosso pensamento.

São Tomás de Aquino² delineou a diferença entre teologia e filosofia, mas sua preocupação foi conciliar fé e razão, pois as verdades filosóficas genuínas jamais estariam, segundo ele, em oposição à fé.

Vamos a três questões sobre a existência de Deus: se a Sua existência é evidente; se puder ser demonstrada; se Deus existe de fato e de verdade.

Se a existência de Deus é evidente.

Primeira objeção – Ao que parece, a existência de Deus é manifesta: tem evidência própria. Agora, dizemos que as coisas são evidentes para nós quando o seu conhecimento está implantado em nosso ser de uma forma natural, na medida que consideramos os primeiros princípios. Como diz Damascenus (De Fide Orth. i,1,3): “O conhecimento de Deus é implantado em nós naturalmente”. Por conseguinte, a existência de Deus tem evidência própria.

Segunda objeção – Ademais, estas verdades conhecidas por nós passam a ser evidentes quando do início do momento que entendemos o significado dos termos que as expressam, segundo o que o *Filósofo*³ diz sobre os primeiros princípios da demonstração. Assim sendo, quando a natureza do todo e da parte é conhecida, imediatamente reconhecemos que o todo é maior que a parte. Tão logo o significado da palavra “Deus” é entendido, instantaneamente, vê-se que Deus existe. Por si, o real significado dessa palavra determina algo de uma dimensão de que nada maior pode ser imaginado. Porém, o que existe na realidade e na mente é maior do que o que só existe mentalmente. Desta feita, logo que a palavra “Deus” é compreendida, ela existe no pensamento e, em

¹ Escolástica – filosofia ensinada pela igreja e nas escolas durante a Idade Média. Consistia em religar os dogmas cristãos e a Revelação à filosofia tradicional grega, mais precisamente à aristotélica.

² Monge dominicano (1225-74) autor da *Summa Contra Gentiles* e da *Summa Theologiae*. Fundador do tomismo e canonizado em 1323.

³ Referência que São Tomás fazia a Aristóteles.

seguida, passa a existir na realidade. Portanto, a proposição “Deus existe”, torna a sua existência evidenciada.

Terceira objeção – Adiante, a existência da verdade tem evidência própria. Quem quer que denegue a existência da verdade, admite que ela não existe: se a verdade não existe, a proposição “a verdade não existe” é verdadeira. Assim, se alguma coisa é verdadeira, a verdade existe. Daí, Deus é a verdade em si mesmo: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (S. João 14:16). Portanto, a existência de Deus é evidente.

Ao contrário, ninguém pode mentalmente admitir o oposto do que é evidente; como o Filósofo se manifesta concernente aos princípios da demonstração (Metaph. iv, lect. vi). Entretanto, o oposto da proposição “Deus é”, pode ser mentalmente admitido: “O tolo diz no seu coração, não há Deus” (Salmo 52:1). Portanto a existência de Deus não é evidente em si mesma.

Respondo que uma coisa pode ser evidente de duas maneiras. Com evidência própria em si mesma, embora não para nós; com evidência própria em si mesma e para nós. Assim, uma proposição tem evidência própria porque o predicado está incluído na essência do sujeito. Veja-se: “o homem é um animal”. A palavra animal está contida no conceito de homem. Se, entretanto, a essência do predicado e do sujeito é conhecida por todos, a proposição será evidente para todos.

Ficam elucidados, com a observância dos primeiros princípios da demonstração, os termos, que são coisas comuns que ninguém ignora, tais como o ser e o não-ser, o todo e a parte, etc. Se, entretanto, a essência do predicado e do sujeito for desconhecida para alguém, a proposição será evidente em si mesma, mas não será para aqueles que não conhecem o significado do predicado e do sujeito da proposição. Desta feita, Boethius declara: “Existem conceitos com evidência própria só através do conhecimento, como, por exemplo, o de que substâncias incorpóreas não estão em um mesmo lugar”. Logo, sustento que a proposição “Deus existe” em si mesmo tem evidência própria, já que o predicado é o mesmo que o sujeito: Deus é a sua própria existência. Agora, como não conhecemos a essência de Deus, a proposição não nos é evidente, necessita de demonstração de coisas mais conhecidas por nós, apesar de menos conhecidas na sua natureza, ou melhor, os efeitos.

Réplica à primeira objeção – Existe um conhecimento geral e obscuro implantado em nós pela natureza sobre a existência de Deus, já que Ele é a felicidade suprema do homem. O ser humano aspira naturalmente a felicidade e o que é desejado por ele deve ser, também, conhecido por ele. Porém, isto não significa exatamente conhecer a existência de Deus, como, por exemplo, o fato de sabermos que alguém está chegando não é

o mesmo que sabermos que Pedro está chegando. Para muitos, deveras, o bem supremo que é a felicidade, consiste em riquezas, em prazeres, títulos e outras coisas mais.

Réplica à segunda objeção – Talvez nem todos os que ouvem a palavra “Deus” consigam compreender que nada maior seja possível de conceber e outros já chegam a concebê-lo como tendo um corpo. Já os privilegiados entendem perfeitamente o significado da palavra “Deus” ao não comportar nada maior, contudo não quer dizer que entendam a Sua existência de verdade e de fato, mas só no pensamento. Na verdade, não se pode provar que exista de fato, a menos que se admita a existência de algo soberano de que nada se possa conceber além. Isto, entretanto, não é aceito por aqueles que sustentam a inexistência de Deus.

Réplica à terceira objeção – A existência da verdade em geral tem evidência própria, mas a existência de uma Verdade Primeira não é evidente para nós.

Se a existência de Deus pode ser demonstrada

Primeira objeção – Parece que a existência de Deus não pode ser demonstrada. Ela é um artigo de fé e as coisas relativas à fé não podem ser demonstradas. Isto implica o conhecimento científico, ao passo que a fé é algo que não se vê (Heb. 11:1), então, a existência de Deus não pode ser demonstrada.

Segunda objeção – Por conseguinte, a essência é o meio-termo da demonstração. Porém, é impossível saber em que consiste a essência de Deus, mas somente em que não consiste, como afirma Damascenus (De Fide Orth. i, 4). Então, não podemos demonstrar a existência de Deus.

Terceira objeção – Desta maneira, se a existência de Deus pudesse ser demonstrada, só seria possível através dos Seus efeitos. Entretanto, Seus efeitos são proporcionais a Ele próprio, já que Ele é infinito e Seus efeitos são finitos. Entre o finito e o infinito está claro que não existe nenhuma proporção. Desta feita, desde que uma causa não possa ser demonstrada por um efeito proporcional a ela, parece ser impossível a demonstração da existência de Deus.

Ao contrário, o apóstolo diz: “As coisas invisíveis de Deus são vistas claramente e são entendidas pelas coisas que estão criadas” (Rm.1:20). Não seria, salvo se a existência de Deus pudesse ser demonstrada através das obras criadas, mas o primeiro ponto que precisamos saber sobre essas coisas é se elas realmente existem.

Respondo que a demonstração pode ser efetuada de duas maneiras: uma, através da causa, denominada “a priori”, que serve para provar o que é anterior de forma absoluta. A outra, através do efeito, denominada demonstração “a posteriori”, serve para provar o que é anterior em

relação a nós. Quando um efeito é mais conhecido do que a sua causa, a partir do efeito prosseguimos até ao conhecimento da causa. E de todo o efeito, a existência da sua própria causa pode ser demonstrada, desde que seus efeitos sejam mais conhecidos por nós. Desde que o efeito dependa da sua causa, se ele existir, a causa tem que pré-existir.

Assim, a existência de Deus, até onde não é evidente para nós, pode ser demonstrada a partir dos Seus efeitos que forem conhecidos por nós.

Réplica à primeira objeção – A existência de Deus, como das outras verdades sobre Ele, que podem ser conhecidas por razões naturais, não são artigos de fé, mas preâmbulos aos artigos. A questão da fé pressupõe conhecimento natural e a perfeição supõe alguma coisa que seja perfeita. Todavia, não há nada que impeça o homem, que não compreenda uma prova, a aceitar como matéria de fé algo que em si mesmo possa ser cientificamente conhecido e demonstrado.

Réplica à segunda objeção – Quando a existência de uma causa passa a ser demonstrada a partir de um efeito, este efeito ocupa o lugar da definição da causa na prova da existência da própria causa. Isto é, então, o caso de considerar Deus, pois, com a finalidade de provar a existência de alguma coisa, é necessário aceitar como um meio-termo o significado da palavra e não a sua essência, já que a questão da sua essência segue a questão da sua existência. Os nomes dados a Deus são derivados dos seus efeitos e, logo, na demonstração da existência de Deus, a partir dos Seus efeitos, tomamos por meio-termo o significado da palavra “Deus”.

Réplica à terceira objeção – Dos efeitos não proporcionais à causa, nenhum conhecimento perfeito dela pode ser obtido. Porém, a partir de cada efeito, a existência da causa pode ser claramente demonstrada. De jeito que, quando podemos demonstrar a existência de Deus a partir dos Seus efeitos, mesmo assim, não podemos chegar a conhecer Deus com a perfeição de como Ele é em Sua essência.

Se Deus existe.

Primeira objeção – Parece que Deus não existe, porque, se um dos dois contrários é infinito, o outro é totalmente anulado. Mas a palavra “Deus” significa benevolência, desta feita, se Deus existisse, não haveria maldade aparente, no entanto, há maldade no mundo, portanto, Deus não existe.

Segunda objeção – Por conseguinte, é uma suposição supérflua o fato de que o que pode ser responsável por poucos princípios tenha sido produzido por muitos. Porém, parece que tudo o que nós vemos no mundo pode ser responsável por outros princípios, supondo que Deus não exista. Todas as coisas naturais podem ser reduzidas a um princípio, a natureza. Todas as coisas intencionais podem ser reduzidas a outro

princípio, que é o desejo, à razão humana. Assim sendo, não é necessário supor a existência de Deus.

É declarado sobre a pessoa de Deus: “Eu sou quem sou” (Ex.3:14).

Respondo que a existência de Deus pode ser provada através das cinco maneiras em seguida.

A primeira, a via mais aparente, é a argumentação do movimento. É certo e evidente aos nossos sentidos que algumas coisas se movem no mundo. O que quer que se mova, é posto em ação por algo, porque nada se move se não estiver em potencialidade para aquilo que se move, ao passo que, uma coisa se move porquanto está em ato. O movimento é nada mais, nada menos, do que fazer algo se transferir de potencialidade a ato. Mas nada pode ser transferido de potencialidade a ato, a não ser por meio de algo que já esteja em estado de ato. Assim, aquilo que é quente em ato, por exemplo, o fogo, faz com que a madeira, que é quente em potencialidade, se transforme quente em ato, ao movê-la e alterá-la. Agora, não é possível que a mesma coisa possa ser a um tempo ato e potencialidade no mesmo aspecto, porém em diferentes aspectos. Por conseguinte, aquilo que é quente em ato, simultaneamente, não pode ser quente em potencialidade. É, também, no mesmo aspecto e da mesma maneira, impossível que uma coisa possa mover e ser movida simultaneamente. É incontestável que tudo o que se move é posto em movimento por algo, porém, se alguma coisa pela qual algo é movido se move também, é necessário que seja movido por outra coisa e, assim, sucessivamente. Mas, isto não poderia prosseguir até o infinito, pois não haveria o primeiro ato movente e, como conseqüência, nenhum outro movente seguinte. Observe-se que moventes ulteriores só se movem na medida que são colocados em movimento por um primeiro ato movente, por exemplo, um cajado só se move depois de colocado em ação pelas mãos. Desta feita, é básico chegar ao primeiro ato movente que não seja movido por nada e é isto que todos nós entendemos por “Deus”.

O segundo caminho para demonstrar a existência de Deus é derivado da natureza da causa eficiente. Não existe um só caso conhecido de algo que possa ser a causa eficiente de si mesma e, se tal fosse, seria anterior a si mesma, o que é impossível. Então, em se tratando de causas eficientes, é impossível prosseguir até o infinito, porque, na ordenação das causas, a primeira é a causa da causa intermediária e esta é a causa da causa final. Agora, eliminar a causa é eliminar o efeito. Desta maneira, se não houver uma primeira causa entre as causas eficientes, não haverá a intermediária,

nem, tampouco, uma causa última. Para concluir, se nas causas eficientes fosse possível ir até o infinito, é óbvio que não existiria uma primeira causa eficiente, como deixaria de existir um efeito último ou qualquer causa intermediária, o que seria absolutamente falso. Concluímos, então, que se torna necessário admitir uma primeira causa eficiente, a qual costumamos dar o nome de “Deus”.

O terceiro caminho é proveniente da possibilidade e da necessidade. A natureza nos deixa encontrar coisas que são possíveis de ser e de não ser, já que são encontradas algumas geradas e corrompidas, em consequência, possíveis de ser e de não ser. No entanto, é impossível que essas coisas tenham sempre existido, porque o que é possível de ser por algum momento, simplesmente não é. Portanto, se as coisas são possíveis de não ser por algum tempo, nada deve ter existido. Então, se isto fosse verdadeiro, até agora a existência nada seria, porque o que não existe só começa a existir a partir de algo que já exista efetivamente. Assim, se nada existia, seria impossível começar a existir e, então, nada existiria, o que seria absurdo. Daí, nem todos os seres são meramente possíveis, mas é fundamental que alguma coisa da existência seja necessária. Mas, toda coisa necessária tem sua necessidade causada por outra. Desta forma, é mesmo impossível prosseguir até o infinito das coisas necessárias que têm sua necessidade causada por outra coisa, como já foi demonstrado nas causas eficientes. Assim, não podemos postular a existência de algum ser que seja necessário por si, sem receber de outro, mas, ao causar aos outros a sua própria necessidade. É este ser que os homens chamam, em unísono, de “Deus”.

O quarto caminho é extraído de uma gradação encontrada nas coisas. Entre os seres há alguns mais ou menos verdadeiros, bons, nobres e assim por diante. Porém, “mais” e “menos”, são predicados de coisas diferentes, na medida em que se assemelham nos seus diferentes caminhos daquilo que é o máximo, como, por exemplo, o mais quente é aquilo que mais se assemelha ao quentíssimo. Da mesma forma como há algo que é verdadeiríssimo; ótimo; nobilíssimo e, conseqüentemente, algo como o ser máximo, porque as coisas que são maiores na verdade são, também, maiores na existência, como está escrito na “Metafísica II”. Partamos da análise: o máximo em qualquer gênero é a causa de tudo daquele gênero, como o fogo, o qual é o máximo do quente e causa de todas as coisas quentes. Assim, existe algo que é a razão da existência de todos os seres, da bondade e, logo, de toda a perfeição. A este tal denominamos “Deus”.

O quinto caminho é oriundo do governo do mundo. Observamos as coisas que não têm inteligência, como os corpos naturais, que agem com

um fim e isto é evidente, pois agem sempre, ou quase sempre, da mesma maneira para obter o melhor resultado. Assim, se conclui que não é de forma fortuita, mas deliberadamente que alcançam sua finalidade. Então, as coisas que têm inteligência não podem atingir o objetivo, a menos que sejam dirigidas por algo dotado de conhecimento e inteligência, como a flecha é disparada pelo arqueiro em direção ao alvo. Logo, existe um ser inteligente, pois determina que todas as coisas naturais sigam seu curso para chegar ao objetivo e esse ser nós chamamos “Deus”.

Réplica à primeira objeção – Como disse Santo Agostinho: “Já que Deus é o bem maior, Ele não deveria permitir que nenhum mal afetasse a Sua obra, a menos que a Sua onipotência e bondade produzissem o bem tanto quanto permitissem o mal”. Isso é parte da infinita bondade de Deus, permitir a existência do mal e, fora disso, produzir o bem.

Réplica à segunda objeção – Já que a natureza opera na direção de um fim determinado, sob a orientação de um agente mais elevado, o que for feito pela natureza precisa ser delineado por Deus, como sua primeira causa. Então, o que é feito voluntariamente deve ser delineado por uma causa maior do que o desejo ou a razão humana; de todas as coisas que são mutáveis e passíveis de erro, devem ser delineadas por um princípio primeiro imóvel e auto-suficiente. A esse tal, chamamos de “Deus”.

O Deus incognoscível e ininteligível como único e verdadeiro.

Não sendo Deus divisível, pois é uno, eterno, incriado, não pode guardar relação de natureza com o homem, que é o oposto; sendo Deus, portanto, ininteligível. Surge a improbabilidade da Sua existência a partir daí, concomitante à aplicação da probabilidade pela via múltipla: ritos e religiões, constituindo a pior das ambivalências. Sim, porque, na verdade, Deus não tem que ser cognoscível pela via dogmática, pois é impossível, simplesmente, estar ao alcance da nossa cognoscibilidade. Ele não pode ser compreensível através do dogmatismo, ainda que seja essa a asserção religiosa. Isca! Fraude cativante! Os dogmas revelam um deus falso.

Nossa composição natural, corpo e espírito, antagônica, não infere a natureza simples de uma causa pura e primeira. Em seguida, a razão tende a permear a fé, enquanto que o dogmatismo tenta destruí-la, velada e sorrateiramente, ao cristalizá-la. *In cauda venenum!*¹.

Quando Deus, através da via dogmática, começa a ficar fácil demais de ser compreendido, deixa de ser Deus: o arcano desmagnifica-se e vira

¹ O veneno está na cauda!

um rótulo. Surge o deus-anãozinho dos semi-sábios, lacaio sinodal com a missão reguladora da massa ignara. Deus só pode existir em mistério, pois assim é postulado, embora o dogmatismo assevere o oposto. Sobre mistério, refiro-me à insondável natureza de Deus, já que indecifrável na Sua condição autógena e não no oceano de “mistérios” banalizados que são gerados pela velhacaria sectária.

No “Dicionário Filosófico”, Voltaire aborda a questão do dogma até de forma jocosa. Conta que no Juízo Final o cardeal de Lorena pleiteava a vida eterna, bradando farfalhas, ao decantar seus feitos no Concílio de Trento, ao que surgem, repentinamente, umas vinte prostitutas relatando aventuras ocultas com o cardeal. Acontece que, junto ao prelado, aparece também o famoso Calvino, com vanglórias de ter insultado o Papa, de combater a escultura, a pintura, ao pedir para ser entronizado junto a São Paulo e para lançar fora o cardeal de Lorena. De repente, brilha uma fogueira e dela sai um fantasma que grita: “Monstro, Calvino! Treme, pois sou Miguel Servet¹ que mandaste matar! Por ter, somente, discutido contigo acerca da possibilidade de três pessoas poderem ou não compor uma única substância... Treme, pois!” Diante disso, a sentença para o cardeal foi o abismo, entretanto, para Calvino, a sentença foi ainda mais rigorosa. Por fim, daquilo que ficou claro no Grande Juízo: nenhuma alma seria julgada por suas idéias ocas e vãs, mas pelos atos praticados, pois essa é a verdadeira justiça. Não por princípios, mas por atos!

Desde que nada vem do nada e nada volta ao nada, somente um ato puro que existe e sempre existiu, poderia do nada estabelecer o *devenir*², a possibilidade do movimento constante das coisas que se desfazem, que se transmutam em outras coisas e se opõem à própria nadificação.

Isso é o que podemos concluir de forma pura, entretanto, na visão do dogmatismo, que é fracionário com qualquer deidade, é o início de uma grande peregrinação no deserto da frenação do ser humano. Uma espécie de jugo-fecundação: o dogmatismo como *incubus*³ e o sectarismo como *sucubus*⁴, para que daí surja uma das grandes expressões do irracional religioso, o “facciosismo pio”.

Existe uma linha divisória, tênue, quase imperceptível, que determina na mente humana a noção do eu; da existência dos corpos externos; da

¹ Também conhecido como Miguel de Villanueva, médico e teólogo espanhol. Por questionar o dogma da Trindade foi queimado vivo como herege por ordem de Calvino em 1553.

² Tornar-se; vir a ser; transformar-se.

³ Incubo – que se deita por cima – demônio que adota a forma masculina.

⁴ Súcubo – que se deita por baixo – demônio de aparência feminina.

percepção da essência infinita de Deus e que separa dessa noção pura o oceano de falácias que propõe o sectarismo. É nessa linha tão fina que está contida toda a verdade das coisas e essa linha não se pensa, se intui. Sai-se dela e começa a vastíssima aventura da incompatibilidade humana.

Esta causa maior de todo o efeito não deixou acesso ao homem mais do que a noção da essência infinita de si mesma; do seu poder ilimitado; da sua benignidade; do seu arbítrio de permitir a atuação do mal, já que os desdobramentos dogmáticos são puramente clericais.

É o dogmatismo que tenta colocar Deus num pote de vidro, com um rótulo por fora, propondo-O cognoscível. O pote sempre é aberto e as colheradas enfiadas pela glote dos neófitos: turvação e obscurantismo! Ao silogismo: todo dogmático não é confiável; ora, o dogmatismo gera o sectarismo, logo, todo sectário não pode ser confiável. Ainda, aplicando um polissilogismo: o que é infinito não pode ser cognoscível; ora, Deus é infinito; logo é incognoscível; ora o que não se pode entender passa a ser inassimilável; logo Deus não pode ser alcançado pelo conhecimento.

O Deus do pote com rótulo não pode ser intuído, pois não é puro. É posto para ser introjetado, nada mais que isso. Toda a propaganda de Goebbels¹ foi introjetada, conforme a sua própria natureza, o papel imaginário de transportar para as várias instâncias da *psyké* os objetos externos e suas qualidades intrínsecas. A religião é a mesma coisa, um processo de incorporação forçada, diferente da intuição, que já é o conhecimento imediatista da verdade sem a ajuda do raciocínio. A noção da passagem do tempo e a natureza de Deus são intuídas. Irrefutável.

Todas as relações humanas, principalmente no âmbito religioso, serão sempre conflitantes. Para equacionar isso, o dogmatismo confere um caráter setorial à religião e o sectarismo se instala, dá solidez a esse vil processo. Assim, a pluralidade de diferenças é resolvida debaixo de uma arrumação da *fides*² para acomodar os antagonismos. Desta feita, o meio acomodativo é que os “pássaros” permaneçam em galhos setorizados, mantendo entre si uma relação de horizontabilidade, a partir da relação dogmática vertical, imposta pela hierarquia da cúria.

Sendo o dogma um decreto, o nervo ótico como ponto primacial e incontestável de qualquer doutrina religiosa, torna-se a última opinião, a verdade absoluta. Numa visão anárquica, é algo de podre no “reino das margaridas...”. Entretanto, quer seja como proposta de verdade contida na Revelação, ou como doutrina arquitetada por teólogos, oriunda de um

¹ Político e jornalista alemão que se tornou ministro da propaganda e da informação do Terceiro *Reich*.

² Fé; a primeira das três virtudes teológicas.

testemunho escritural, o dogma constitui a Dogmática¹, que, por sua vez, produz uma seqüência, o dogmatismo², que é uma atitude renitente, uma rejeição a qualquer tipo de contestação. Firmado nesse tripé, a tendência é contemplarmos uma sombra que se afasta da opinião geral: o espírito da seita. Abjeção da mente humana, torpeza que opacifica o bem maior do raciocínio, o poder de reflexão. Chama-se a isto, em latim, de *secta*³, o ovo, o embrião da prática espiritual mais suja: o sectarismo, qualidade e estado permanente do sequaz da intolerância.

Deus só pode ser intuído, mas o homem, rejeitando essa condição de limite, lançou-se a uma prospecção absolutamente infrutífera. Pretendeu saber a anatomia de Deus, ao que bem se aproveitou o dogmatismo.

De uma forma imediata, a existência de Deus é mais perceptível do que a existência do próprio homem. Somente os efeitos da natureza são infinitamente mais numerosos do que os efeitos produzidos pelo ser humano e não há nenhuma marca que denote um feito do homem que venha a ser comparável à obra da própria natureza.

A causa primeira existe acima de todas as coisas que já são e essa causa é a sua própria existência. Impossível de ser apreendida como um todo, excedendo a toda espécie de conhecimento, portanto, ininteligível. Há, porém, uma relação de proporcionalidade do conhecimento da criatura para com o Criador. Essa proporção está implícita no efeito em relação à causa e na potencialidade em relação ao ato. Ao considerar-se, sem desprezarmos essa relação de proporcionalidade, é possível apreender-se a causa primeira de todas as coisas.

Compreender implica um conhecimento perfeito. Isso ocorre quando, por exemplo, demonstramos cientificamente que um triângulo equilátero tem três ângulos iguais. Entretanto, como não possuímos meios para demonstrar a existência de Deus dessa forma, restringimos nossa simples compreensão à relação de proporcionalidade antes citada, ou às volúveis interpretações, muitas vezes espúrias, dos profissionais do clero.

Ora, se Deus é infinito, é infinitamente cognoscível, ou infinitamente incognoscível. Sendo, pois, nossa compreensão finita, qualquer intelecto criado não pode compreender uma causa infinita. Assim, é impossível a compreensão em grau infinito, logo, Deus é infinitamente incognoscível.

Ficamos, então, restritos ao conhecimento natural de Deus apenas pelas imagens dos Seus efeitos, a menos que, como a maioria, optemos

¹ Exposição sistemática de um determinado conjunto de “verdades” de uma fé.

² Ensino autoritário da Dogmática.

³ Seita.

por qualquer vertente dogmática para confessá-la, o que acredito ser o caminho fácil e a maneira mais açucarada de enganar a si mesmo.

O importante é saber onde parar com as ficções, evitar as buscas estereis, as “verdades” humanas, pois é perfeitamente possível intuir a existência de uma causa primeira sem conhecer a sua própria natureza, já que os efeitos são evidentes. Podemos reconhecer a existência de um Deus sem saber o que é: a Sua incognoscibilidade passa a ser a própria verdade permitida. Nesse prisma, somente o Deus incognoscível pode ser o único e verdadeiro.

Ateísmo e teísmo.

O universo existe sem nenhuma dúvida. Logo, foi gerado por uma força criadora, uma causa primeira e infinita. Esse universo, entretanto, é infinito. Como pode, desse jeito, algo infinito criar algo também infinito? Logo, não é verdade que tudo tem, necessariamente, que ter uma causa, pois o universo poderia ter sempre existido sem a interferência de Deus, segundo o argumento ateuista.

Blaise Pascal lançou uma aposta, ingênua e inconsistente para alguns, para outros um exemplo de coerência fideísta. Ele propôs um tipo de esperteza espiritual: na dúvida da existência de Deus, seria mais seguro aceitá-LO para não correr o risco da eternidade sem Ele. Na visão de Nietzsche, um meio apavorante de contínuo suicídio da razão e até uma histórica lição de cabotinismo.

Para Pascal, os traços de Deus só serão percebidos por aqueles que O buscam de todo o coração, o que, de certa forma, pode constituir um argumento perigoso, facilmente condutível à culpa.

Para o filósofo, não pode haver bem maior na vida presente do que a esperança em outra vida, reconhecendo apenas dois tipos de pessoas razoáveis: as que conhecem Deus, servindo-O de todo o coração e as que O buscam de todo o coração porque não O conhecem.

Nesta aposta, Pascal coloca duas coisas a perder: a verdade e o bem. Duas coisas a empenhar: a razão e a vontade. Mais ainda, a beatitude e o conhecimento. A natureza humana, sem alternativa, tem que fugir de duas coisas, do erro e da miséria.

Sobre a beatitude, deve ser bem pesado o lucro e a perda, escolhendo Deus. Ganhando, se ganha tudo, perdendo, não se perde nada. Pascal nos induz à aposta, pois há uma eternidade de vida e felicidade em jogo.

Na sua visão, se Deus existe, será muito melhor, pela perspectiva de felicidade eterna em contraposto à danação infinita para os descrentes. Se Deus não existe, então não se perde nada, ao contrário, se ganha já nessa

vida, ao abster-se das paixões carnis. Sem dúvida, uma postura de total conveniência, porém, inegavelmente sábia.

A base da aposta é a negação voluntária da razão para preservar a vida eterna. A razão, geradora da impotência para crer, antagônica à fé, em oposto à pérola de conceito dessa aposta: o esforço não para se ter um aumento de provas da existência de Deus, mas para se alcançar a redução das paixões carnis.

Pascal sustenta que, com a aposta feita, o lucro nessa vida é imediato e, a cada passo dado nesse caminho, a certeza vai aumentando diante da nulidade do risco. Assim, prevalece o reconhecimento de se apostar no caminho certo e infinito, pelo qual nada foi dado.

*Coleridge*¹, no entanto, refuta essa idéia: “Todo aquele que ama mais o cristianismo do que a verdade amará mais a sua igreja do que o próprio cristianismo, terminando por amar mais a si mesmo do que a qualquer outra coisa”. Grandioso. Genial!

O que é trazido à tona? A necessidade de que a fé em qualquer sistema doutrinário contenha o máximo de honestidade intelectual, cada corrente de pensamento esteja cimentada sobre méritos próprios e reais, não sobre méritos de conseqüências imaginárias.

Na verdade, certas coisas não são tão simples quando propostas em determinadas circunstâncias. Para Hobbes, ateus são os que não crêem na interferência de Deus nos atos humanos, são os que não aceitam as Escrituras como “Palavra de Deus”, não temem as ameaças de Deus e nem se fiam nas suas promessas. Somente são súditos de Deus aqueles que acreditam que Ele governa o mundo com recompensas e punições prometidas. Para o filósofo, o resto constitui o bloco dos inimigos de Deus, mas as coisas não são tão fáceis assim de julgamento.

Pierre Bayle², autor dos “Pensamentos Sobre os Cometas”, asseverava que o fanatismo é, com certeza, muito mais predatório do que o ateísmo, porque a visão fanática propõe as paixões sanguinárias e a própria guerra. Segundo ele, o ateísmo jamais provocou os crimes e as dissensões que a fé mal interpretada implica.

Se existe o ateísmo, a quem se deve a responsabilidade senão à súcia dos “religiosos” (não me refiro às pessoas espiritualmente honestas); aos

¹ Coleridge, Samuel Taylor (1772-1834) – poeta e filósofo inglês, entusiasta da Revolução Francesa, introdutor da obra de Kant, tradutor de Schiller e místico que apresentou uma teoria da salvação totalmente individualizada.

² Escritor francês protestante (1647-1706), afirmava que o ateísmo é mais lúcido do que a idolatria e anunciou o espírito filosófico do século XVIII e a “Enciclopédia”.

tratantes e velhacos da fé que se nutrem dos incautos para dar vigor ao farsalhão do sectarismo?

Se existe um axioma tão poderoso que dita ser a religião o ópio do povo, é porque Marx considerava a miséria religiosa como a expressão da miséria real; a religião como o clamor do ser em tormento e o espírito de uma existência vazia de espírito. A expressão da felicidade real deveria propor a aniquilação da religião enquanto felicidade ilusória; da falta da realidade verdadeira; da condição medíocre que precisa ser alimentada por ilusões. O que produziria tal princípio, já que Marx era neto de um rabino e filho de um judeu que se tornou cristão? Há sempre uma causa, um motivo, que estabelece, ao longo da existência, a arquitetura de um saber pensar. Para ele, a religião jamais faria o homem, mas exatamente o oposto. O homem é ou não.

Quando Nietzsche anunciou o dismantelamento da fé cristã, não era um tipo de ateísmo descontraído, mas um ressentimento, um cravo no coração que jamais foi removido. A fé, para ele, antes significava o sacrifício de toda a liberdade, do orgulho, da autoconfiança, terminando por descambar no auto-escarnecimento, na automutilação. Sem meios de afastar o sentimento de solidão.

A neurose religiosa fincada no tripé do jejum, da abstinência sexual, da solidão e, talvez, sem uma relação de causa e efeito. A dúvida constante da possibilidade do ser santo e de negar a própria vontade, segundo ele, a “infecção cristã”. Tudo isso, todo esse pensamento, obviamente gerado pelas tartufices dos *homines religiosi*¹. Por obra dos mercadores da fé, sem dúvida, os únicos responsáveis pela progênie de toda a incredulidade no coração do ser humano.

É em Nietzsche que o “Deus Pai” fica inteiramente preterido. Aquele que julga e recompensa, é anulado: não ouve e, se porventura ouvisse, não teria como ajudar, permanecendo incomunicável e obscuro. Aquele que bem pune pelas nossas virtudes... A divindade de um edifício de escombros: o monoteísmo cristão, fonte de dominação dos homens que os torna “doentes” e enfraquecidos, segundo o filósofo, a receita cristã para a domesticação, última conseqüência do judaísmo. Uma extensão sublime do hedonismo sobre uma base totalmente doentia que constitui, para ele, o maior prodígio de falsificação literária: a Bíblia.

Descobertas as “sagradas escrituras”, fica estabelecido o “absolutismo divino” e, em seguida, a “ordenação divina”, ou seja, uma vontade maior pré-existente que vige agora, que determina tudo o que o homem pode ou não fazer, que assenta o valor do indivíduo e, por fim, que o premia

¹ Homens religiosos.

ou pune-o segundo o grau de obediência ao próprio sistema. Assim, imediatamente, ergue-se a figura do sacerdote, do profissional que tem como instrumento de trabalho o abuso do nome de Deus, que fixa os valores e julga os indivíduos de acordo com a resistência ou colaboração à classe clerical. Que forma a sociedade dos amigos do clero.

A conservação do poder sacerdotal traduz-se pela “vontade de Deus” e, para ser solidificada, tornou-se necessária uma “revelação”, daí a citada falsificação literária: o achado de umas “sagradas escrituras...”. Óbvio, a peça foi pregada: a total exigência do sacerdote em todos os segmentos sociais, tais como batismos, casamentos, nascimentos, doenças, morte e, até, no “ato sacrificial” da ceia, que efetiva a presença indispensável desse *sacrosanctus parasitus*¹.

Após o estabelecimento da “ordenação divina” para o favorecimento da religião, surge a prioridade absoluta dos “pecados” fazerem parte de tal organização social do clero, pois é o meio de vida dos sacerdotes, uma vez que vivem do pecado. É preciso que se peque para que se consolide o “ganha pão” clerical. Para tal, as lendas de santos são introjetadas nas mentes mais franzinas, pois uma literatura equívoca só dessa maneira se torna “tradição”.

Insisto em Nietzsche por sua abordagem ateísta febril e absolutamente diferenciada, embora considerado o “perseguidor” de todos os tipos de fé, especialmente a cristã. Sua concepção dos Evangelhos é a de uma viagem insólita a um mundo doentio, onde o restolho da sociedade, as doenças psíquicas e a imbecilidade infantil marcaram um encontro.

O comportamento ascético é a pedra-de-toque. O que importa não é a profundidade da fé, mas a exterioridade, a preocupação de uma conduta para “inglês ver”. É o agir de forma “diferente” que significa algo, o agir sectário acima da fé, pois é preciso ser visto e aprovado pela chusma do simulacro religioso. O tradicional arremedo básico.

É primordial que o cristão se sinta eterno, já no céu, através de uma nova conduta (não uma nova fé), com o endosso da comunidade, com os eflúvios próprios dos caminhos psicológicos redencionistas, o alvo da maior conquista: a repentina “filiação divina”.

A “barbárie enferma”, como ele classificava os cristãos, identificou-se com uma forma de crença doente, vulgar, baixa e seus sacerdotes a mais daninha espécie de parasita, aranhas venenosas da criação. Sim, porque já sabem suficientemente que não há “Deus”, “pecado”, ou “Salvador” e que a “ordem moral universal”, “livre-arbítrio”, não passam de vilanias e falácias... E, novamente, o por que de tanta revolta? De Nietzsche, vem a

¹ Parasita sagrado.

pergunta como resposta: “Nossa consciência bem sabe das invenções macabras do clero, sua finalidade, como se atingiu o estado de putrefação da humanidade, espetáculo de terror: os vagos conceitos de “além”; de “eternidade da alma”; de “juízo final”, etc. Tudo, instrumentos de tortura e estratégias com requintes de crueldade de que se utiliza o clero para se manter no poder, às custas do medo infundido nos crentes. Aí, é onde tem início a minha náusea: olhando em torno, não há o mínimo resquício de algo que, em outra época, se conhecia como “verdade”... Onde foi parar o derradeiro sentimento de dignidade e decência, se até os chefes de Estado são profundamente anticristãos em suas ações, ainda se declarando cristãos e freqüentando todo tipo de igrejas? O Evangelho morreu na cruz!”.

Nietzsche, que tinha os cristãos por “epiléticos das idéias”, chegou à conclusão de que os homens gostam mais dos gestos do que da razão e que a convicção cristã, melíflua em pusilanimidade, é mais perigosa para a verdade do que a própria mentira. Mentira maior, entretanto, é se negar a ver as coisas como elas são na realidade.

“Eis o vampiro do Império Romano: o cristianismo e todos os seus representantes que só pensam em si mesmos! E, dentro do cristianismo, o modelo mais sujo e incurável que existe: o protestantismo!”. Assim, o cristianismo foi condenado por Nietzsche. Gravemente acusado de fazer de cada verdade uma mentira; de cada valor, um não-valor; de cada ato íntegro, uma vileza de espírito. A grande calamidade, a grande corrupção interior, a imortal desonra da humanidade!

Essa convicção, já citada, é a crença de se estar, em alguma parte do conhecimento, de posse da verdade absoluta, entretanto, sabemos no íntimo que não há verdade absoluta e, sim, o Absoluto que é a própria *causa sui*. Talvez eu tenha me tornado um relativista...

Nietzsche declara o fato de ter descoberto a moral cristã, rotulando-a como a forma mais maléfica da vontade da mentira, causadora da ruína da humanidade, através da pregação do desprezo aos principais instintos da vida... “Inventa-se uma “alma”, um “espírito” para destruir o corpo; em seguida, coloca-se algo de impuro na sexualidade e, assim, a perda de equilíbrio da personalidade”. A anulação de tudo, o niilismo.

“A concepção “Deus” foi articulada como oposição ao conceito de “vida”. Nessa concepção, houve uma junção de tudo o que é difamante, abjeto e peçonhento: toda a ojeriza contra a vida.

A noção do “além” foi inventada para desprezo do único mundo que realmente existe; para a destruição de qualquer objetivo relacionado à nossa realidade terrena...

A concepção de “espírito”, de “alma”, foi criada para o desprezo do corpo, ao torná-lo “santo”, mas, na verdade, doentio.

A concepção de “culpa” foi criada concomitante a um mecanismo de confusão que a integra: o conceito de “livre-arbítrio”, com a finalidade de distrair e sufocar os instintos”.

Por fim, a idéia do homem “benigno”, que enaltece tudo a ser extinto: o fraco e o doentio!

É nessa moral que se encontra o fato de que a mentira pretende, de qualquer maneira, camuflar-se sob a palavra “verdade”. Imagine-se o que seria verdade atrás de nomes piores... Então, os homens bondosos só fariam mentiras, pois, já que nascidos na mentira, o dano causado pelos benignos passa a ser o pior dos danos.

Assim, foi criado o “super-homem”, a negação do débil, do doentio e do tipo de homem considerado pela sociedade como benigno, caridoso, superior, que é a base da moral cristã. A confutação da religião, coisa de gentilha, provocando no filósofo a necessidade de se lavar quando tocado por um homem religioso, um “benigno” cristão! “A figura de Dionísio¹ contra a cruz: nada há de mais mentiroso do que os santos”.

Em outra época, a blasfêmia contra Deus era o pior no homem, mas Nietzsche pregou a morte de Deus e, assim, todas as blasfêmias morrem também. “Os cristãos, semelhantes a Deus, querem tornar a dúvida em pecado... O que, na verdade, crêem não é na vida do espírito, nem em sangue salvador, mas, no recôndito do espírito, só no próprio corpo!”.

O super-homem: “O oposto do cristianismo, religião da piedade. Quando o ser humano é contagiado pelo sentimento de piedade, perde o poder, pois o cristianismo ensina tudo o que é fraco e incapaz”.

Esta foi a aniquilação de Deus em busca de uma nova realidade. O Nietzsche amargurado, sólido, protestativo, genial, coerente, incoerente, atrevido, pétreo, débil, o filósofo da semente da revolta, quiçá germinada pela súcia da cúpula pseudo-fideísta, da matula que prega aquilo que apenas deveria ser, mas que apenas vive o que não deveria viver.

Vimos o lado do ateísmo turbulento, insurgente, porém, nem sempre a posição ateísta se revela desta maneira. Existe o lado do bom tempo no mar, de serenidade na descrença divina. Tome-se como exemplo: Deus seria o caminho mais fácil para explicar o que jamais entenderemos.

À medida que a história da civilização tem avançado, o papel que Deus sempre desempenhou entrou em decadência, pois as altissonantes explicações sobrenaturais têm dado lugar às interpretações de fenômenos naturais. O que restou para Deus na nossa sociedade moderna foi dar

¹ Deus das trevas.

eventual resposta ao lado espiritual “possível” da nossa existência. A migração do divino ao científico e do questionável ao duvidoso.

Ao passar por Schopenhauer, é da vontade da vida que surge todo o sofrimento. É no fato da consideração cristã de que o homem é formado a partir do nada que ele perde a confiança na morte. Desse jeito, o apego desmesurado à vida não provém da reflexão e do conhecimento, mas da vontade, pois pela reflexão, o homem optaria pelo não-ser simplesmente. A vontade de vida no homem é vazia de conhecimento, mas permanece como sua essência íntima.

O não-ser após a morte não seria diferente ao não-ser antes do nascimento e, se a morte se torna terrível diante do conceito do não-ser, não deveria ser de igual maneira o tempo do não-ser antes do vir-a-ser? Mais ou menos algo como “um tempo infinito escoado antes do meu nascimento: o que fui durante todo esse tempo?”. Que se pondere o fato da não-existência antes do nascimento, pode ser um consolo o tempo da não-existência após a morte. Vejamos, o tempo infinito antes do ser e o tempo infinito depois do ser, o estabelecer de uma relação de passado ou de futuro de acordo com o tempo preenchido pela nossa existência e o tempo não preenchido por ela.

Schopenhauer defende que não existe mais do que o presente, ele é sempre, pois significa a única possibilidade da existência real. O passado não é diferente do presente, somente através da nossa intuição que tem o tempo como medida. Daí surge o princípio de que só se pode considerar eterno o não-nascido, pois se o homem tem o seu começo absoluto, logo a morte deve ser o seu fim absoluto. Porém, do nada, nada vem, e nada pode ser revertido ao nada.

“Para que a existência do homem seja necessária, ele deve entender que já transcorreu um tempo infinito até o momento do seu nascimento, pleno de uma infinidade de alterações; todas as etapas já se esgotaram e a sua existência permanece”. Então, fala Espinoza: “*Sentimus experimurque nos aeternos esse*¹. O princípio eterno do homem não está no intelecto, mas na vontade inteiramente. O intelectivo não rege o princípio metafísico do eterno, pois pertence à fenomenologia secundária, condicionada pelo cérebro, enquanto que a vontade cria as condições. Sendo independente das formas desse mundo, constitui o núcleo dos fenômenos, portanto indestrutível”.

Com o fim da vida, perde-se a consciência, mas não aquilo que a gerou e a sustentou. A vida termina, porém não vai encerrar com ela o

¹ Sentimos e experimentamos que somos eternos.

princípio de vida que nela se manifestou. Portanto, há em todo homem um princípio totalmente indestrutível e imperecível.

Existe em Schopenhauer, nitidamente, a predileção pela palingenesia, bastante individualizada, mas que recai, sem nenhuma sombra de dúvida, na metempsicose¹, visto a sua inclinação constante para o budismo. Ele chega a afirmar que a alma de Abel passou para o corpo de Seth e, após, para o de Moisés. Cita os evangelhos de Mateus 16:13-15 e, também, de Lucas 19:18-20, como tendo vínculo com a hipótese da palingenesia, o que, particularmente, considero como argumento anêmico.

O princípio da transmigração da alma, no cristianismo, é substituído pela doutrina do pecado original. A expiação das faltas cometidas numa vida anterior em antagonismo à expiação pelas faltas de um outro indivíduo. Nesse último caso, o Deus-Redentor é imprescindível. A verdade é que, segundo Schopenhauer, somos algo que não deveria ter sido, por isso, deixamos de existir.

Certa vez, eu disse a um escritor: “O ser humano é uma decepção!”. Sua resposta foi: “Não. Ele é, apenas, inviável...”.

No budismo, para se atingir o Nirvana, é absolutamente necessário morrer de boa-vontade, com satisfação, de forma voluntária, resignada, pois o sofrimento viria da falta de tudo isso. Assim, a perda da vontade de vida determinaria a libertação, o fim do sofrimento, fazendo da morte algo doce e tranquilo para o homem de bem. Agora, como aceitar a perda da vontade de vida, se foi o próprio Criador a plantá-la em nós? A parte da vida na carne implica, por todos os meios, a vontade de vida!

Schopenhauer não admite um tal Deus Jeová que cria um mundo da miséria, parabenizando a si mesmo e mostrando que todas as coisas são belas... Só que esse mundo não poderia ser o melhor nem tão belo, pois a própria miséria se tornaria uma acusação amarga contra o Criador. Como fica, então, o mundo? Simplesmente, uma colônia penal, um local de completa penitência! *Sansara*: a concepção budista para o mundo. O local do prazer, do mal, do desejo, logo, do nascimento, da doença, do envelhecimento e da morte.

Este é exatamente o mundo que não deveria ser: projeto para uma existência concebida e vista como consequência da culpa. O homem considerado unicamente como um ser que só existe como resultado de sua culpabilidade e sua existência se resume na expiação do pecado do seu nascimento. Em suma, o homem é algo que não deveria ser. Em primeiro lugar, pagamos por meio da vida o erro do nosso nascimento e por meio da morte o erro da nossa vida.

¹ Doutrina da transmigração da alma.

Na visão de Schopenhauer, o tributo de amor ao próximo exclui de todo a intervenção divina. A tolerância, a compaixão, a paciência, deve ser uma atitude independente das possíveis ameaças ou bênçãos de um suposto Criador. Porém, que valor isto constituiria para Deus?

Partindo da premissa de que o homem é algo que não deveria ser, cabe, então, a atitude de maior tolerância com o próximo. Essa situação ficaria assim resolvida: sermos mais tolerantes com os erros e a estupidez do nosso próximo, porque, na realidade, estamos diante da nossa própria estupidez... É um tipo de racionalismo onde Deus quase não interfere.

Aquilo que Nietzsche denominou de “nihilismo”¹, encontramos na sociedade, ilusão coletiva, alicerçada nos princípios morais e religiosos, a ilusão individual de sermos algo por não sermos propriamente.

Da questão do teísmo e do ateísmo, extraímos um fato extra: quer se creia ou não na existência de Deus, é absolutamente impossível, em qualquer lugar do mundo, a negação da existência do mal! Por que a existência do mal é muito mais crível e aparente do que a existência de Deus? Por que se acentua a evidência daquilo que representa o modo irregular do que deveria ser? O que se opõe à proibição, à virtude, à honra; aquilo que fere ou prejudica, não pode ser negado.

O que é o mal senão um erro? Erro absoluto. Sendo Deus onisciente e onibenevolente² pressupõe a não-criação do mal, mas sendo, também, onipotente, pressupõe a possibilidade da criação de tudo. Não pode ser cogitado um ser onimalevolente, pois só produziria o mal e Deus já se mostrara como onibenevolente. Se o prefixo *oni* compõe e comporta o sentido de tudo, do absoluto, então não pode abranger dois princípios. Ou Deus é onibenevolente ou onimalevolente. Assim, sendo Deus um ser onibenevolente, quem criou o mal? Ou Deus poderia ser, de outra forma, ilimitado na sua própria existência: *omnimodus*? Se Deus é um ser onímodo, de todas as maneiras, que criou, então, o bem e o mal: é, portanto, irrefutavelmente, um ser oniparente⁴.

Desta feita, fica a questão: se Deus também criou o mal, não pode o bem ser um erro absoluto? Não procede, porque desfigura o ser humano e porque nossa natureza proclama o mal como erro, entretanto, o mal é necessário, pois existe.

Outro ponto é que, sendo a natureza de Deus perfeitamente bondosa e o mal uma imperfeição, como pode tudo em Deus ser bondade, acorde

¹Negação total de toda a escala de valores e de toda forma de religião.

²Qualidade de absoluta bondade e suprema benignidade.

³Aquilo que é de todos os modos.

⁴O que produz tudo.

com o que dizem as religiões? Das duas, uma: ou Deus não foi capaz de criar um mundo perfeito e bom, o que representaria a completa perda da onipotência; ou, simplesmente, não quis fazer isso, o que significaria a anulação da onibenevolência. Como, então, harmonizar a existência do mal com atributos como onipotência e onibenevolência? O mal é ilógico e aceito, inserto na cultura judaico-cristã, mas é lógico e rejeitado, inserto na verdade efetiva da natureza, simplesmente porque é real.

Um argumento que vige na teologia cristã é a camuflagem e um jeito de escamotear o mal via a imposição do “plano divino”, ao tornar o mal o veículo necessário para o aprimoramento do homem no seu espírito.

A teologia redencionista resolve o problema: sem o mal tudo seria bom e o que haveria de ser salvo? Assim, surge o motivo para o castigo, para o inferno e para a corporificação do próprio mal: o Diabo.

Nesse encadeamento de conceitos, quando os juízos dados permitem inferir outros, podemos concluir que, ou Deus não pôde eliminar o mal, ou apenas o colocou no palco da comédia humana com uma finalidade que sempre desconhecemos. Por isso, já afirmamos que a fé é irracional, não é concebida pela razão – não pensa.

Há, também, o argumento de que tudo o que Deus criou é bom e, sendo assim, fica a opção espontânea do homem na escolha do mal. É o resultado do livre-arbítrio, portanto, criação humana. Porém, o que dizer diante do indício do próprio Deus haver criado o livre-arbítrio? Se Ele o criou, então, deu-se a origem do mal, que não deixa de ser resultado da criação de Deus. Sim, pois criar o livre-arbítrio já implica ter em mente a consequência do mal que é nefasto, porém necessário ao redencionismo.

Sendo o mal o inevitável efeito colateral do livre arbítrio, logo, não é exatamente a criação que se pode esperar de um ser onibenevolente. Visto dessa forma, ou caímos numa espécie de teofobia, ou aceitamos a plausibilidade do cristianismo. Ou se aceita o Deus que pune e aflige, ou a teodicéia da incoerência. E o que seria a incoerência?

Um aspecto, também, que falta com a coerência é o argumento da necessidade do mal com o propósito de aprendizado pela experiência do sofrimento, o que redundaria numa valorização maior do bem após se haver passado pelo mal... O fato de Deus haver criado o livre-arbítrio, ou produzido o mal, não é o aspecto mais relevante do assunto, todavia, sim, a compatibilidade dos polos e a coerência de um ser onibenevolente haver criado o mal.

Com toda a certeza, não há nenhuma lógica para a criação do mal dentro de uma visão científica. Um Deus que passa a punir as pessoas a começar do nascimento. Pune pelo mal praticado e dá o sofrimento para a remissão das culpas. Segundo a teologia salvacionista, sofre-se um dano

por duas razões: castigo ou provação. É o paradoxal paradigma cristão: a punição pelo mal, pelos pecados que o homem praticou desde o nascimento apenas por ter vindo ao mundo, envelhecendo, morrendo e sendo condenado eternamente.

Por fim, a resposta calvinista e primária que tenta encerrar a questão: “Deus criou mesmo o mal. E daí? Ele faz o que bem entender, pois é Deus!” Isso, entretanto, não resolve absolutamente o problema lógico do mal, deixando o teísmo a dar voltas no deserto.

Quando os fundamentalistas cristãos do século dezenove se acharam diante das teorias de Darwin, desesperados, proclamaram os fósseis dos dinossauros como fraude. Um engodo criado por Satã para fazer com que os homens descresem do Gênesis...

O ateu se queixa do sofrimento das pessoas, já que Deus é tão misericordioso. Queixa-se que Ele não atende às orações das crianças, das famílias pobres, dos enfermos e dos necessitados. O teísta tem outro argumento: diz que Ele, às vezes, não responde às súplicas dos homens porque não é hora de atendê-las. Quando, então, será a hora? Quando as pessoas morrerem de fome e desespero? Quando, enfim, perderem as referências da própria fé?

Skeptesthai¹; skepsis²; são nomes gerais para a atitude filosófica que nega as afirmações de certeza. Opõe-se ao dogmatismo que é uma atitude de certeza autoritária. Já o ceticismo, sistema filosófico que repousa na suspensão do julgamento, contém o poder de julgar apenas o que se vê e, onde a razão nada vê, o silêncio predomina. É a renúncia a qualquer certeza, a suspensão do juízo.

O ceticismo se opõe ao dogmatismo, entretanto, a afirmação cética da dúvida absoluta e da incerteza parece tão dogmática quanto a dogmática tradicional. É o princípio da recusa e da negação categórica.

Os céticos da antiguidade defendiam a suspensão do juízo, a filosofia do obstáculo (por isso eram chamados de aporéticos) e blasonavam pelos resultados não encontrados.

O fundador do ceticismo grego foi Pirro de Élis (século IV a.C.) Praticava o domínio próprio, a impassibilidade, a indiferença de espírito. Figuras expressivas também desse período foram Tímon de Atenas e Sextus Empiricus. Seguiram-se outros nomes como Diógenes Laércio, Euzébio de Cesaréia, Aulo-Gélius, etc.

No ceticismo antigo, baseado na vida e na experiência, não havia a interferência de um niilismo radical. Sextus Empiricus, que espelhava o

¹ Examinar.

² Exame.

fenomenismo grego, ainda não maculado, interpretava Anaxágoras de forma brilhante: “Os fenômenos são a visão do que permanece oculto...” Os cirenaicos tomavam a sensação por guia e os pirrônicos, a vida por guia. O ceticismo antigo, porém, não nega o saber ou a ciência, antes promove o desenvolvimento da física da percepção.

Hume acusava o pirronismo de “doença”, porque assim interpretava a dúvida cética. Kant, na “Crítica da Razão Pura”, diz que o ceticismo é destrutivo, pois “os céticos não passam de nômades, não têm domicílio fixo...”. Seguiu-se, após, a renovação do pirronismo na direção de um relativismo fenomênico.

No século dezoito, a especulação filosófica é totalmente dirigida pelo problema da percepção. Hume combateu o ceticismo, desdobrou e uniu o cartesianismo com o pirronismo: “Se conduzirmos nossa investigação adiante da aparência sensível dos objetos, temo que nossas conclusões serão plenas de incerteza e ceticismo. A verdadeira natureza da posição dos corpos continua sendo ignorada, pois conhecemos, apenas, seus efeitos sensíveis e seu poder de receber um corpo. Nada está mais de acordo com este princípio do que um ceticismo limitado a um determinado grau e uma confissão de ignorância acerca dos assuntos que excedem a capacidade humana”.

O papel do ceticismo hoje deve ser o cumprimento da sua dupla função grega: a restrição do entendimento ao silêncio, ao denunciar as contradições da dogmática, como a presunção das repetições religiosas, ou mesmo filosóficas, que se arvoram em dar ao ser humano uma explicação definitiva sobre a vida e a morte. Também, induzir o homem a confiar apenas na existência, considerar *in totum* as questões dogmáticas como pura ilusão, já que, na realidade, são o motivo da sua própria desventura.

No meio do fogo cruzado entre teísmo e ateísmo, há uma questão pouco analisada: a necessidade do ser humano em insistir crendo em coisas que contradizem os fatos de forma absoluta. É uma questão séria, pois se trata do “propósito biológico” das convicções.

O objeto precípuo do nosso cérebro é a sobrevivência e ele trabalha nessa direção. Para a nossa sobrevivência, o mecanismo básico do cérebro são os sentidos e, ainda assim, eles são insuficientes sozinhos. Por exemplo, não é o bastante ver um indivíduo com aparência de assassino num beco ao cair da noite. O mais importante é “saber” da probabilidade de outros indivíduos iguais estarem mais adiante, talvez preparando um assalto onde terminará num crime. Isto é a crença, o mecanismo de sobrevivência do cérebro para aumentar a função de identificar os perigos pelos nossos sentidos. A crença aumenta o poder

dos nossos sentidos identificarem de forma melhor a ameaça à nossa sobrevivência. A crença tem o papel de informar o aspecto da existência que não tem ligação com os sentidos, com o mundo das abstrações e dos significados que se buscam nos caleidoscópios.

Nossos sentidos nos permitem o conhecimento do lado perceptível do universo, enquanto que nossas crenças nos firmam naquilo que está fora do alcance dos nossos sentidos. A partir daí é que tem início o paradoxo: as crenças sobrepujam a coerência das coisas, suplantam o racional, apesar das evidências contrárias.

Na verdade, para o cérebro pouco importa a natureza da crença ou o seu lado irracional, a prioridade é formar um escudo protetor, já que a convicção, nesse caso, é uma questão puramente biológica! É uma reação mecânica de sobrevivência comandada pelo cérebro. Um exemplo é o caso de pessoas bem informadas, cultas, se prenderem às crenças grotescas e absurdas. Quando as evidências e as crenças são conflitantes, o cérebro não dá preferência à razão! O cérebro não se prende à razão, mas à sobrevivência.

Um criacionista não suporta a veracidade de alguns aspectos ligados ao evolucionismo, não pelos seus argumentos convincentes, mas pela ameaça de total desmantelamento de algo considerado sagrado como a convicção fundada nas Escrituras... É a ameaça de destruição de um sistema íntimo de pensamento construído e, também, consolidado como absolutamente inquestionável! É algo que jamais pode ser discutido, pois constitui a maior ameaça à fantasia última de uma vida. Sempre temos a tendência de fugir do desafio às nossas convicções. Essa linha tênue é a divisória efetiva entre o senso comum e a visão científica.

Quando o ser humano se sente ameaçado nas suas convicções, regride à fase infantil e posterga qualquer atitude previsível. Entra em defensiva, enfraquece, mas não admite a razão e, invariavelmente, refugia-se na contumácia, que é a toca dos fujões.

Disto, minha conclusão é que a crença, quando desce ao nível do grotesco, só pode ser superada pela substrução¹ do conhecimento, o que não significa necessariamente a felicidade, mas, de certo, a libertação da visão turva e do obscurantismo.

Que, a partir daí, uma fé límpida e equilibrada possa ser redefinida para os que têm necessidade dela. E, como todos têm, que seja, ao menos, um motivo de felicidade.

¹ É um processo que não pode ser contestado. À medida que se alicerça o conhecimento, que lhe são conferidas colunas, o sentido da vida muda, restando, cada vez menos, espaço para os desequilíbrios fideístas.

A INDÚSTRIA DA FÉ
COPYRIGHT RONALDO ANTUNES

Todos os direitos do autor reservados e protegidos pela lei 9.610/98.
Nenhuma parte deste capítulo poderá ser reproduzida ou transmitida,
sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fo-
tográficos, gravação de CD ou quaisquer meios análogos.
Os infratores serão processados na forma da lei.